



Grupos do IPRS

- Grupo 1
- Grupo 2
- Grupo 3
- Grupo 4
- Grupo 5

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS

População e Território

Tradicionalmente, a divulgação das informações do IPRS inclui um breve perfil demográfico das várias Regiões Administrativas que compõem o Estado de São Paulo, com base nos resultados das projeções populacionais realizadas pela Fundação Seade. Essas projeções são expressas nas pirâmides demográficas, que por sua vez sintetizam a estrutura por sexo e idade de uma população residente em determinado território.

Além de ser uma forma simples e clara de expressar a estrutura etária da população, a pirâmide demográfica constitui importante instrumento para estimar a demanda por serviços públicos e dimensionar a população-alvo de programas focalizados em determinados segmentos populacionais.

A utilização desse instrumental é particularmente relevante na atualidade, em razão dos efeitos da transição demográfica por que passam as populações paulista e brasileira. A transição reflete a importante e continuada redução da fecundidade, iniciada em meados dos anos 1960, e o aumento da longevidade que, em parte, está associado à diminuição da mortalidade infantil.

Atuando em conjunto, esses fatores têm conduzido à redução relativa – em alguns casos em números absolutos – da população jovem e ao progressivo aumento da proporção de pessoas idosas na população. Estabelece-se, assim, o que a demografia chama de *janela de oportunidades*, ou *bônus demográfico*: uma conjuntura muito particular em que se reduzem as demandas associadas à presença de crianças e jovens, sem que as decorrentes do aumento da população idosa se manifestem com grande intensidade.

A simples observação das pirâmides etárias adiante apresentadas sugere que, nos próximos anos, não será mais necessária a ampliação (ao menos com a intensidade do passado) da oferta de equipamentos para atender à demanda pelo ensino básico ou da rede de atendimento à saúde materna e infantil. Em contraposição, é de se esperar o aumento das demandas sociais associadas à população adulta, sobretudo a idosa, com a necessidade de ampliação da infraestrutura de atendimento desses segmentos populacionais e da capacitação de profissionais especializados.

Porém, como essas mudanças na composição da demanda por serviços sociais não se dão simultaneamente, surge essa *janela de oportunidades*. Seu aproveitamento permitiria consolidar e aprimorar as redes de atendimento direcionadas à população infanto-juvenil, enquanto se prepara uma nova composição da oferta de serviços públicos, mais aderente ao futuro padrão etário da população.

As mudanças mais notáveis ocorrerão nas faixas de idade extremas. Os menores de 15 anos perderão representatividade, enquanto a participação relativa dos maiores de 65 anos será crescente. Tal envelhecimento da estrutura etária implicará, ainda, a feminização da população, tendo em vista que as mulheres são mais longevas do que os homens, e a intensificação das mudanças nos padrões de morbidade, com o aumento do número de doenças crônico-degenerativas, acarretando, por sua vez, necessidades crescentes na oferta de serviços de saúde dessas especialidades.

Em maior ou menor grau, essas transformações podem ser inferidas analisando-se a evolução das pirâmides etárias, mas seu uso mais relevante do ponto de vista dos executores de políticas públicas reside na possibilidade de estimar, com certa precisão, as demandas sociais associadas a diferentes grupos populacionais. O dimensionamento mais preciso dos públicos-alvo de políticas e programas públicos é um elemento decisivo para o correto direcionamento de recursos materiais e humanos e, portanto, para seu sucesso.

Com a finalidade de demonstrar em que medida as pirâmides etárias podem ser utilizadas para esse dimensionamento, a presente edição do IPRS apresenta, a título de exemplo, algumas estimativas, por Região Administrativa, do comportamento da demanda por diferentes serviços de saúde dirigidos à população feminina. Tal exercício pode ser reproduzido para outros grupos populacionais e outras áreas das políticas sociais, assim como para distintos recortes regionais, como o municipal, por exemplo.

A população da Região Administrativa de Campinas, estimada em 6,1 milhões de pessoas, em 2008, é a segunda maior do Estado, respondeu por 15% do total estadual. O crescimento populacional da região (1,66% ao ano), entre 2000 e 2008, foi superior à média estadual (1,34%), explicado pela dinâmica econômica da região, sendo que, para a próxima década, espera-se redução nesse ritmo. A razão de sexo, relação entre o número de homens e mulheres residentes na região, indica um ligeiro decréscimo ao longo dos períodos.

As mudanças demográficas ocorridas na última década, assim como aquelas esperadas para a próxima, podem ser visualizadas na tabela a seguir e nas pirâmides etárias da população.

O envelhecimento da população, ilustrado pela ampliação da parcela correspondente à população idosa, está associado à redução do número de nascimentos e crianças, assim como ao aumento da longevidade. Na Região de Campinas, estes fenômenos já eram visíveis na pirâmide populacional de 2000, sendo que, em 2008 e 2020, a tendência torna-se ainda mais

marcante (a parcela de jovens com menos de 15 anos diminui de 25,7% para 21,9%, entre 2000 e 2008, e para 18,2%, em 2020, enquanto a dos idosos com mais de 60 anos passa de 9,3% para 10,8% e, posteriormente, para 15,8%).

Para a realização do exercício proposto, de estimar a demanda de serviços de saúde pela população feminina, relacionaram-se as especificidades dessa demanda segundo diferentes grupos etários, descritos sinteticamente a seguir.

- As mulheres em idade fértil, de 15 a 49 anos, encontram-se incluídas em todas as modalidades de assistência à saúde reprodutiva (planejamento reprodutivo, pré-natal, parto, puerpério, entre outras). Esta parcela, que em 2000 correspondia a 1,5 milhão de mulheres, aumentou para 1,7 milhão, em 2008, e deverá alcançar 1,9 milhão, em 2020, correspondendo a 52% da população feminina. Em 2008, a fecundidade das mulheres residentes nesta região foi 1,6 filho por mulher, totalizando 83,4 mil nascimentos. É de se esperar, portanto, que nesse horizonte temporal não haja grande alteração na demanda por tais serviços, o que permitiria aprimorar o atendimento materno-infantil e direcionar novos investimentos para o atendimento das mulheres em faixas etárias mais elevadas.

- Uma parcela desse segmento é de adolescentes, com idade entre 15 e 19 anos (247,7 mil jovens ou 8,0% da população feminina, em 2008), das quais 15% foram mães neste mesmo ano, correspondendo a 12,5 mil nascimentos. A esperada redução dessa parcela (que deverá equivaler a 227,4 mil jovens, em 2020) e consequente redução da gravidez na adolescência deverão permitir o desenho de programas preventivos mais dirigidos aos segmentos de maior risco.
- O número de mulheres com idades entre 35 e 64 anos tem impacto no dimensionamento da atenção à saúde da mulher no climatério. Este contingente, que respondia por 32,3% da população feminina, em 2000, aumentou para 36,4%, em 2008. As projeções para 2020 indicam que tal parcela chegará a 1,5 milhão de mulheres e corresponderá a aproximadamente 42,2% das residentes na Região Administrativa de Campinas. São elas o público-alvo de serviços de diagnóstico de doenças crônicas (diabetes, hipertensão, doenças cardíacas e da tireoide), de rastreamento de câncer ginecológico e de mama, assim como de ações de prevenção de doenças coronarianas e osteoporose. Espera-se, portanto, aumento da demanda por tais procedimentos, cujo atendimento requer a ampliação programada de sua oferta.

Indicadores demográficos selecionados
Estado e RA de Campinas – 2000-2020

Indicadores demográficos	2000	2008	2020
Estado de São Paulo			
População total (em mil habitantes)	36.974,4	41.139,7	45.972,3
Taxa de crescimento anual da população (em %)		(1) 1,34	(1) 0,93
Razão de sexo (homens por 100 mulheres)	96,0	95,7	95,2
População com menos de 15 anos (em %)	26,3	23,5	19,6
População com 60 anos e mais (em %)	9,0	10,5	15,4
Taxa de fecundidade (filhos por mulher)	2,2	1,7	
Região Administrativa de Campinas			
População total (em mil habitantes)	5.383,3	6.142,8	7.025,1
Taxa de crescimento anual da população (em %)		(1) 1,66	(2) 1,12
Razão de sexo (homens por 100 mulheres)	98,7	97,9	96,8
População com menos de 15 anos (em %)	25,7	21,9	18,2
População com 60 anos e mais (em %)	9,3	10,8	15,8
Taxa de fecundidade (filhos por mulher)	2,0	1,6	

Fonte: IBGE; Fundação Seade.

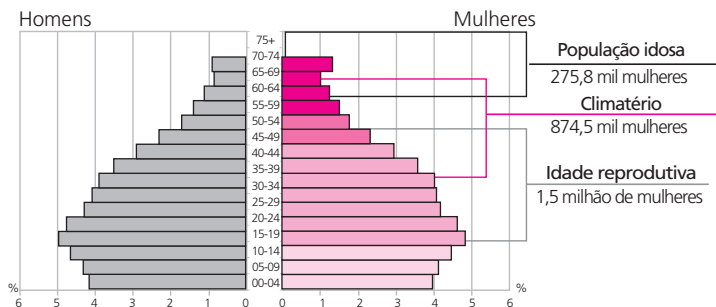
(1) Taxa geométrica de crescimento anual da população 2000-2008.

(2) Taxa geométrica de crescimento anual da população 2008-2020.

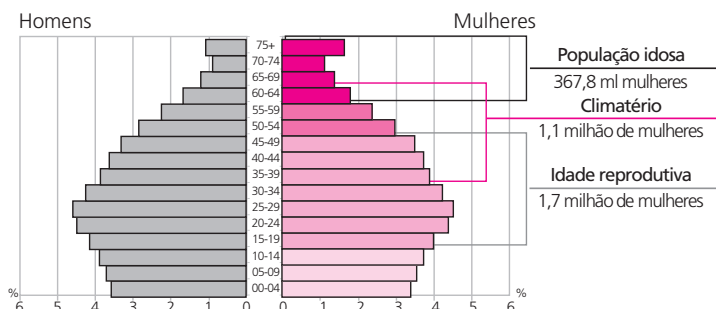
Nota: As informações de população de 2000 são originárias do Censo Demográfico do IBGE e as de 2008 e 2020 correspondem às projeções populacionais da Fundação Seade.

Pirâmides etárias da população, por sexo RA de Campinas – 2000-2020

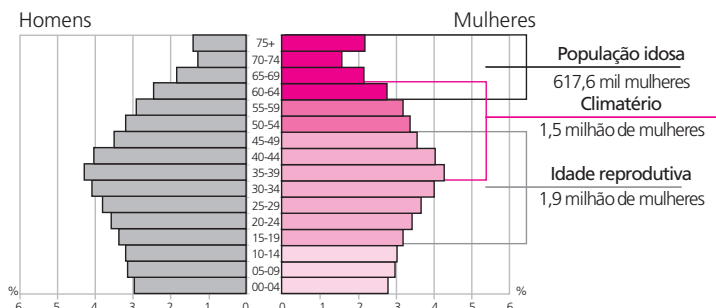
2000



2008



2020



Fonte: Fundação Seade.

- A população feminina idosa, com 60 anos ou mais de idade, vem aumentando rapidamente ao longo dos anos. Em 2000, respondia por 10,2% do total de mulheres residentes nesta região, passou para 11,9%, em 2008, e deverá representar 17,3%, em 2020, com aproximadamente 618 mil mulheres demandando atenção em relação às doenças crônico-degenerativas, 250 mil a mais que o contingente estimado para 2008. Também nesse caso, há que se programar antecipadamente a ampliação da oferta necessária ao atendimento desse segmento populacional e adequá-la às suas condições de mobilidade, que tendem a se restringir nessa etapa da vida.

Essa simples observação das pirâmides etárias, pela ótica da demanda por serviços de saúde das mulheres, mostra a necessidade de se redefinirem as prioridades na expansão da oferta de serviços e na qualificação de profissionais da área, no sentido de atender às demandas crescentes dos segmentos de maior idade. Além disso, não se esperam reduções expressivas na procura por atendimento das mulheres em idade fértil, o que significa manter e aprimorar a atual oferta de serviços dirigida a esse público.

Análises semelhantes podem ser feitas para outras áreas de atuação pública, como educação, previdência e assistência social, entre outras, permitindo um dimensionamento mais adequado da população a ser atendida por políticas e programas sociais, fator decisivo para seu sucesso.

Base produtiva e perfil econômico regional

A Região Administrativa de Campinas tem importância histórica na economia paulista, com conhecido dinamismo econômico e tecnológico, sendo a segunda maior região do Estado em termos de geração do PIB estadual, superada apenas pela Região Metropolitana de São Paulo.

Em seu território, a RA abriga um setor industrial formado por segmentos sofisticados e tradicionais, serviços e comércio diversificados e agricultura que se beneficia da transferência de tecnologia de instituições de pesquisa e desenvolvimento e é integrada a cadeias produtivas da agroindústria. Há também forte atividade turística em Águas de Lindóia, Águas de São Pedro, Amparo, Atibaia, Lindóia, Serra Negra e Vinhedo.

O setor agropecuário é muito diversificado, destacando-se a produção regional de cana-de-açúcar, laranja para indústria e de mesa, carne de frango e carne bovina, que representaram, em 2008, segundo o Instituto de Economia Agrícola – IEA, respectivamente 26,6%, 17,5%, 12,3% e 6,7% do valor da produção regional. Complementarmente, inúmeros produtos do setor correspondem, no âmbito do Estado, a porcentuais elevados no valor da produção, em virtude da ampla diversificação regional, como figo de mesa

(99,7%), morango (86,7%), cebola (46,8%), cenoura (46,6%), goiaba de mesa (43,6%), uva de mesa (42,0%) e batata (41,0%). Os três municípios que mais contribuem para o PIB agropecuário do Estado encontram-se nesta região: Aguaí, Casa Branca e Mogi Guaçu. A cultura canavieira é tradicional na Região Administrativa de Campinas, com destaque para Piracicaba e municípios adjacentes. O setor sucroalcooleiro é sofisticado e possui elevada produtividade. A produção de açúcar e álcool recebeu novos investimentos impulsionados pelo avanço recente dos combustíveis alternativos aos derivados do petróleo e sustentáveis em termos ecológicos.

A região também possui alguns núcleos importantes da produção estadual da laranja, entre os quais se destacam Casa Branca e localidades próximas. Além disso, a produção de café ainda marca presença, principalmente na região de São João da Boa Vista, sendo responsável historicamente pela industrialização do Estado.

O município de Campinas é o mais importante polo industrial, comercial e de serviços do interior do Estado, com destaque para os segmentos da indústria de transformação com alta tecnologia e a Unicamp, um dos maiores centros de pesquisa científica e tecnológica do país.

A diversificação e o peso da estrutura industrial da RA são marcantes. Nesse cenário destacam-se o Polo Petroquímico de Paulínia, composto pela Replan, da Petrobras, e por outras empresas do setor químico e petroquímico; no segmento de bens de capital, têm relevância o ramo metal-mecânico e suas divisões de máquinas e equipamentos e automóveis, em Piracicaba, Campinas, Indaiatuba e Sumaré; a indústria de alimentos e bebidas está disseminada por toda a região; citam-se, ainda, o parque têxtil de Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste, o polo ceramista em Santa Gertrudes, Artur Nogueira, Pedreira e Porto Ferreira, o de papel e celulose em Limeira e Jundiaí, além do polo de alta tecnologia em Campinas e Hortolândia.

Esta região possui vários Arranjos Produtivos Locais – APL, como de equipamentos médicos e de tecnologia da informação, em Campinas; flores, em Holambra; joias folheadas, em Limeira; moda adulta e de frutas, em Jundiaí; café fino, em Espírito Santo do Pinhal; cerâmica estrutural, em Tambaú e Vargem Grande do Sul; cerâmica de revestimento, em Santa Gertrudes; malhas, em Socorro; têxteis, em Americana, e móveis, em Itatiba.

A região de Campinas reúne diversas instituições de pesquisa, cuja produção científica e tecnológica conta com reconhecimento nacional e internacional, especialmente nas áreas de informação e comunicação, agropecuária e alta tecnologia, em que se destacam: o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPqD, a Fundação Centro Tecnológico para a Informática – CTI, a Companhia de

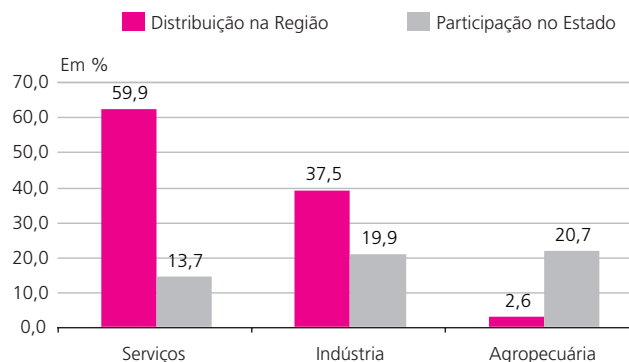
Desenvolvimento Tecnológico – Codetec, o Instituto Agrônomo de Campinas – IAC, o Instituto de Tecnologia de Alimentos – Ital, o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS e o Instituto de Zootecnia localizado em Nova Odessa.

A infraestrutura regional mostra-se bastante propícia para os diversos setores de atividade econômica. A malha viária é de alta qualidade e relevante para as operações logísticas de diversas empresas. As Rodovias Anhangüera, Bandeirantes, Dom Pedro I, Adhemar de Barros e Santos Dumont, a rede ferroviária constituída pela Ferrobán, o Aeroporto Internacional de Viracopos e a Hidrovia Tiête-Paraná são exemplos da boa estrutura regional de transporte. Muitas empresas, recentemente, instalaram centros de distribuição em diversos municípios da região, com destaque para Louveira.

Segundo a Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – Piesp, da Fundação Seade, os investimentos anunciados indicam boas perspectivas para a economia regional nos próximos anos. Muitos deles dirigem-se para a infraestrutura de transportes e saneamento básico e para a indústria de transformação. Os segmentos industriais de equipamentos de transporte, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, material eletrônico e equipamentos de comunicação devem se expandir no futuro próximo.¹

Em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) da Região Administrativa de Campinas com R\$ 141.764,42 milhões, correspondeu a 15,7% do PIB paulista. O setor terciário respondeu pela maior parte da atividade econômica regional, mas a agropecuária e a indústria são os setores com maior participação na economia estadual, conforme o gráfico.

Distribuição e participação do valor adicionado, por setores de atividade econômica RA de Campinas – 2007



Fonte: Fundação Seade.

1. Ver: <www.seade.gov.br/produtos/piesp/>.

O IPRS na Região Administrativa de Campinas

A grande concentração populacional e a alta complexidade da estrutura produtiva constituem as principais características da Região Administrativa de Campinas. Sua importância econômica é revelada pelo IPRS, em que se posiciona em terceiro lugar no *ranking* de riqueza entre as regiões do Estado. Em longevidade e escolaridade, a região de Campinas ocupa a terceira e a décima posições, respectivamente.

A classificação dos 90 municípios da RA nos cinco grupos do IPRS mostra diversidade intrarregional. No Grupo 1, que reúne bons indicadores nas três dimensões, classificam-se 19 municípios; no Grupo 2, que congrega bons indicadores de riqueza, mas aspectos socioeconômicos insatisfatórios, incluem-se 24 municípios; no Grupo 3, correspondente a municípios que, mesmo não apresentando indicador de riqueza elevado, exibem indicadores sociais satisfatórios, encontram-se 6 municípios; nos Grupos 4 e 5 foram classificados 16 e 25 municípios, respectivamente. Os dois últimos grupos agregam piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os municípios classificados no Grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor, pois apresentam resultado satisfatório em uma das dimensões sociais.

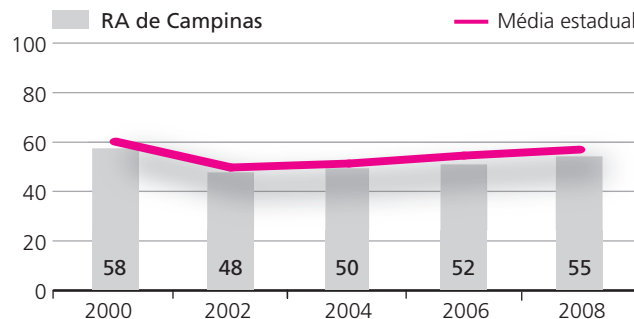
Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão riqueza, entre 2006 e 2008:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 14,92 MW para 16,22 MW, patamar inferior à média do Estado, em 2008, de 18,73 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial aumentou de 2,13 para 2,28 MW, ao passo que a média do Estado foi de 2,41 MW;
- o rendimento médio do emprego formal ampliou-se ligeiramente de R\$ 1.480 para R\$ 1.545, valor inferior à média do Estado, em 2008, de R\$ 1.663;
- o valor adicionado fiscal *per capita* estabilizou-se no período, variando de R\$ 20.716 para R\$ 20.777, superando a média do Estado em 2008 de (R\$ 14.418).

O indicador de riqueza na Região Administrativa de Campinas aumentou 6% entre 2006 e 2008, alinhado ao ritmo de crescimento do Estado (5,5%), com acréscimo de 3 pontos nesse escore. Destaca-se o crescimento de 9% e 7% no consumo de energia elétrica nos setores produtivo e residencial, respectivamente.

Em 37 municípios que compõem a região, o aumento do consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços foi superior a 10%, e mais da metade dos municípios elevou esse consumo em mais de 5%.

Riqueza



Fonte: Fundação Seade.

Quanto aos rendimentos médios do mercado formal, seus níveis aumentaram de forma generalizada na região, de modo que 23 municípios obtiveram acréscimos superiores ou igual a 10%, entre 2006 e 2008. Já no que diz respeito ao valor adicionado fiscal *per capita*, em oito municípios da região o aumento superou 30%. São eles: Águas da Prata, Vinhedo, Casa Branca, Vargem, Espírito Santo do Pinhal, Jarinu, Cabreúva e Santa Maria da Serra.

Assim, na RA, com exceção do valor adicionado *per capita*, os demais componentes da riqueza ampliaram-se no período, apondo relativo dinamismo das atividades econômicas na região. Sobressai o consumo de energia elétrica dos diferentes setores produtivos, que excedeu a variação observada para o Estado.

Entre os 90 municípios que compõem a região, apenas um reduziu seu indicador de riqueza, sete mantiveram-se estáveis e os demais registraram crescimento. Onze municípios superaram ou igualaram o valor médio de riqueza do Estado: Águas de São Pedro, Atibaia, Campinas, Indaiatuba, Itupeva, Jaguariúna, Jundiaí, Louveira, Paulínia, Valinhos e Vinhedo.

O indicador agregado de longevidade oscilou ligeiramente na região, com variação acima daquela observada para o conjunto do Estado. Em 44 municípios o escore foi igual ou superior à média estadual (73). Outros 14 elevaram sua pontuação em pelo menos cinco pontos, em oposição à redução observada em 28 localidades.

Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 2006 e 2008:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) flutuou de 11,6 óbitos para 11,3, sendo a média do Estado, em 2008, de 12,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 14,2 óbitos para 13,4, patamar inferior à média do Estado em 2008 (13,9);

- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,38 óbitos para 1,32, sendo a média do Estado, em 2008, de 1,38;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) manteve-se estável, passando de 37,7 óbitos para 36,9, nível quase igual à média do Estado em 2008 (36,8).

Merece destaque a tendência de diminuição nos níveis da mortalidade perinatal no conjunto da região (6%), o componente da mortalidade infantil de mais difícil redução. Contudo, 39 municípios da região registram níveis de sobrevivência infantil inferiores à média do Estado (12,7). Em alguns municípios, a taxa de mortalidade infantil ultrapassa 20 óbitos por mil nascidos vivos: São Sebastião da Gramma, Pedra Bela, Serra Negra, Lindóia, Vargem e Pinhalzinho. Recomenda-se, no entanto, cautela na análise da magnitude de tais taxas para municípios de pequeno porte populacional, devido às flutuações provocadas por um número reduzido de eventos.

Em algumas localidades, a relativa estabilidade das taxas de mortalidade em níveis elevados reclama iniciativas do setor público. As desigualdades de condições de vida requerem atenção, para redução, inclusive, das dificuldades de acesso aos serviços de saúde e, às ações de prevenção, diagnóstico e tratamento das principais doenças e agravos.

O indicador de escolaridade, apesar de posicionar a RA de Campinas (67) em patamar levemente inferior à média estadual (68), cresceu 3 pontos no período em análise. Holambra, Águas de São Pedro, Valinhos, Americana, Jundiá, Jaguariúna e Nova Odessa são os mais bem posicionados na região; mais de um terço dos municípios apresenta escore acima do valor médio estadual. Entre os que não atingiram o escore médio estimado

para o Estado, os piores resultados couberam a São Pedro (50), Várzea Paulista (50) e Aguaí (55).

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem esta dimensão, entre 2006 e 2008:

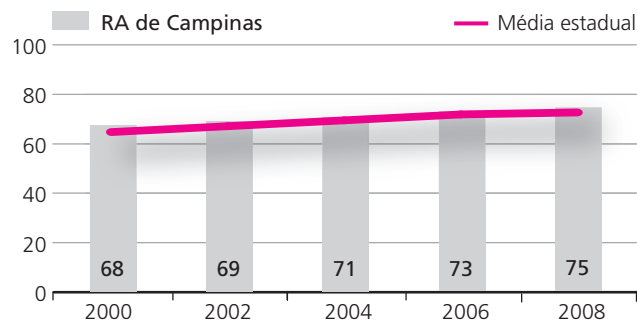
- a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 72,2% para 76,1%, resultado insuficiente para alcançar a média do Estado, em 2008, de 77,5%;
- a proporção de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo oscilou de 99,9% para 99,2%, patamar semelhante à média do Estado em 2008 (99,5);
- a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo cresceu, passando de 51,0% para 53,6%, mas não igualou a média do Estado em 2008 (56,6%);
- a taxa de atendimento escolar das crianças de 5 e 6 anos flutuou de 83,7% para 85,8%, superando a média do Estado em 2008, de 81,9%.

Avanços expressivos já foram alcançados na proporção de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo, com taxas indicativas da exclusão do analfabetismo funcional. Mais da metade dos municípios da região (47) aumentou em mais de 5% a proporção de jovens concluintes do ensino fundamental. Cresceu também a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo na totalidade dos municípios.

Em síntese, na RA de Campinas, o indicador de riqueza é inferior ao escore médio do Estado, porém, aumentou relativamente mais do que a média estadual, não obstante a manutenção do valor adicionado fiscal *per capita* na região no período.

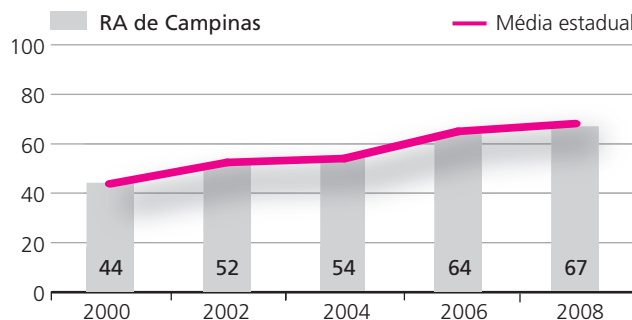
Os indicadores de mortalidade na região apresentaram relativa estabilidade no período, exceto a taxa de mortalidade perinatal,

Longevidade



Fonte: Fundação Seade.

Escolaridade



Fonte: Fundação Seade.

com redução de um óbito, em média, a cada mil nascidos. A evolução nessa dimensão foi favorável, porém esforços ainda são necessários para homogeneizar a RA de Campinas, onde persistem elevadas taxas de mortalidade infantil em alguns municípios.

O indicador de escolaridade da região evoluiu de modo semelhante ao do Estado, com continuidade na eliminação do analfabetismo funcional e ampliação da conclusão dos ensinos fundamental e médio (5%).

Mesmo com seu evidente desenvolvimento e indicadores em geral compatíveis com a média do Estado, a RA de Campinas guarda alguns desequilíbrios. Ela é a terceira colocada em riqueza e longevidade e décima em escolaridade, embora mostre

trajetória de redução das distâncias entre o indicador de riqueza e os sociais desde 2000. Vale mencionar que o processo de metropolização da região trouxe a periferação da população e diversidade socioespacial e, por conseguinte, indicadores sociais heterogêneos. O IPRS 2010 mostra que os grupos 4 e 5, que reúnem os municípios em pior situação nos quesitos riqueza, longevidade e escolaridade, têm 41 inserções na região, ou seja, 45% dos municípios. Em termos de riqueza, a RA cresceu entre 2006 e 2008 em proporção acima da média paulista (cerca de 6%). Nas dimensões sociais, observou-se pequena melhora na dimensão de escolaridade e relativa estabilidade em longevidade, embora a RA tenha ultrapassado o escore médio paulista neste último item.

